

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO

LUIS ANDRE AZEVEDO

MARCUS DE FREITAS HENRIQUES

COORDENAÇÃO

DIREITO SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS, ARBITRAGEM E OUTROS TEMAS

HOMENAGEM A NELSON EIZIRIK

VOLUME I

ALEX S. HATANAKA

ALEXANDRE CHEDE TRAVASSOS

ALEXANDRE WALD

ALICE EIZIRIK

ANA LUISA FUCCI

ANDRÉ ANTUNES S. DE CAMARGO

ANDRÉ DE GODOY FERNANDES

ANDRÉ GRÜNSPUN PITTA

ANTONIO CORRÊA MEYER

ANTONIO PAULO KUBITZ VIEIRA

ARNOLDO WALD

BERNARDO F. B. DE VASCONCELLOS

BRUNO MIRANDA GONTIJO

CARLOS AUGUSTO J. DE SIQUEIRA

CECÍLIA EIZIRIK

CLAUDIO GUERREIRO

CLÁUDIO LAKS EIZIRIK

EDUARDO SECCHI MUNHOZ

ELIANA BARALDI

ELISEU MARTINS

ERASMO VALLADÃO A. E N. FRANÇA

FELIPE HANSZMANN

FLÁVIA PARENTE

GIOVANNA RENNÓ DUQUE

GUSTAVO MACHADO GONZALLZ

HENRIQUE CUNHA BARBOSA

IGOR MUNIZ

IVO WAISBERG

JOÃO MARCELO PACHECO

JOÃO PAULO HECKER DA SILVA

JOÃO PEDRO SCALZILLI

JORGÉ LOBO

JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES

JOSÉ DAVID MARTINS JUNIOR

JOSÉ FERREIRA GOMES

JOSÉ GABRIEL ASSIS DE ALMEIDA

JOSÉ ROMEU GARCIA DO AMARAL

JULIA EIZIRIK

JULIAN CHEDIAK

KEVIN ALTIT

LAURA AMARAL PATELLA

LEONARDO BARÉM LEITE

LUCIANA DIAS

LUIS ANDRE AZEVEDO

LUIS FELIPE SPINELLI

LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN

MARCELO VIEIRA VON ADAMEK

MARIA RITA DRUMMOND

MARIANA EIZIRIK

ROBERTO PAPINI

RODRIGO TELLECHEA

SIMONE LAHORGUE NUNES

THIAGO JOSÉ DA SILVA

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, verão de 2021

quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO; LUIS ANDRE AZEVEDO; MARCUS DE FREITAS HENRIQUES (COORDS.)

*Direito Societário, Mercado de Capitais, Arbitragem e Outros Temas:
Homenagem a Nelson Eizirik – Volume I*

São Paulo: Quartier Latin, 2020

ISBN 978-65-5575-042-3

1. Homenagens. 2. Direito. 3. Direito comercial. 4. Direito Societário I. Título

11 97602

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globocom.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

PARTE 1 Homenagens

I. Sigamos Apaixonados, 25

Flávia Parente

II. Homenagem, 27

Julia, Alice e Cecília Eizirik

III. Meu Irmão Nelson, aos 70 anos, 33

Cláudio Laks Eizirik

IV. Meu Tio Nelson, 37

Mariana Eizirik

V. Nelson Eizirik, o Mestre da Ficção, 39

Alexandre Chede Travassos

VI. 70 Anos de Nelson Eizirik, 41

Carlos Augusto Junqueira de Siqueira

VII. Nelson Eizirik – Mestre, Professor, Advogado e Parecerista Gaúcho, 47

Leonardo Barém Leite

VIII. A Paixão pelos Livros: O Papel da Literatura na Vida de Nelson Eizirik, 55

Maria Rita Drummond

IX. Nelson Laks Eizirik, 59

Roberto Papini

X. Homenagem, 61

Simone Laborgue Nunes

PARTE 2

Direito Societário

I. Considerações sobre a Responsabilidade Civil de Avaliadores em Companhias Abertas, 67

Alex S. Hatanaka

| | |
|---|-----|
| I. Introdução | 67 |
| II. Hipóteses de exigência do laudo de avaliação | 70 |
| III. Noções sobre os critérios utilizados na elaboração dos laudos de avaliação..... | 75 |
| IV. Escolha do avaliador e conflitos de interesse | 83 |
| V. Responsabilidade civil do avaliador | 88 |
| VI. Conclusões | 104 |
| Referências Bibliográficas..... | 105 |

II. Contratos de Indenidade: Aplicação e a Visão da CVM, 109

Alexandre Chede Travassos

| | |
|--|-----|
| 1. Contratos de Indenidade | 109 |
| 1.1. Conceito | 109 |
| 1.2. O Contrato de Indenidade como Complemento ao Seguro D&O | 110 |
| 1.3. Histórico da Análise dos Contratos de Indenidade pela CVM | 112 |
| 2. Parecer de Orientação CVM n. 38/2018 | 115 |
| 2.1. Atos e Despesas Passíveis de Indenização..... | 116 |
| 2.2. Decisões Sobre a Concessão de Indenização..... | 118 |
| 2.3. Termos e Condições do Contrato | 119 |
| 3. Conclusão | 121 |

III. Estudos em Homenagem a Nelson Eizirik. Conflito de Interesses: O Art. 115, §1º da Lei 6.404/1976, 123

Alexandre Wald

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 123 |
| 2. As experiências alemã e italiana | 127 |
| 3. Regra formal e regra material..... | 129 |
| 4. Entendimento jurisprudencial | 132 |
| 4.1. O histórico CVM | 132 |
| 4.2. Jurisprudência judicial..... | 137 |
| 5. A MP 881/2019 e a Lei 13.874/2019..... | 138 |
| 6. Conclusão | 142 |
| Bibliografia | 143 |

IV. Breve Comparação entre a Responsabilidade do Acionista Controlador no Brasil e na Inglaterra, 145

Ana Luisa Fucci, Claudio Guerreiro e Felipe Hanszmann

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 145 |
| 2. Definição de Acionista Controlador no Brasil e de <i>Shadow</i> <i>Director</i> na Inglaterra | 147 |
| 2.1. Caracterização de Acionista Controlador no Brasil | 147 |
| 2.2. O Acionista Controlador e o <i>Shadow Director</i> na Inglaterra | 148 |
| 3. Regime de Responsabilidade | 150 |
| 3.1. Deveres Fiduciários Imputados ao Acionista Controlador no Brasil..... | 150 |
| 3.1.1. Regime geral de exercício do direito de voto..... | 150 |
| 3.1.2. Deveres Específicos..... | 153 |
| 3.1.3. <i>Enforcement</i> da Responsabilidade..... | 155 |
| 3.2. Regulação das Condutas do Acionista Controlador na Inglaterra ... | 158 |
| 3.2.1. Inexistência de Deveres Fiduciários Inerentes ao Exercício do Direito de Voto do Acionista | 158 |
| 3.2.2. Regulação pela <i>Common Law</i> | 160 |
| 3.2.3. Deveres Imputados ao <i>Shadow Director</i> | 161 |
| 3.2.4. Regulação pela Lei Inglesa..... | 164 |

| | |
|--|-----|
| 3.2.4.1. <i>Just and Equitable Winding Up</i> | 164 |
| 3.2.4.2. <i>Unfair Prejudice Remedy</i> | 165 |
| 3.2.5. Transações com Partes Relacionadas em Companhias Abertas | 167 |
| 4. Conclusão | 167 |
| Referências Bibliográficas | 168 |

V. A Governança Corporativa na Visão da Câmara Reservada de Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 171

André Antunes Soares de Camargo

| | |
|--|-----|
| Antes de mais nada..... | 171 |
| Um pouco de “governança” e a sua relação com o Direito Empresarial...171 | |
| O tema “governança” na Câmara Reservada de Direito Empresarial.....174 | |
| Algumas conclusões e desafios..... | 178 |

VI. Princípio Majoritário e Poder de Veto em Deliberações de Sociedades Anônimas, 181

André de Godoy Fernandes

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 181 |
| 2. Princípio majoritário..... | 182 |
| 3. Quórum de instalação e quórum de deliberação | 185 |
| 4. Proteções legais contra a decisão majoritária..... | 190 |
| 5. Exceção ao princípio majoritário: a <i>golden share</i> | 193 |
| 6. Poder de veto de acionistas minoritários e preferencialistas | 195 |
| 7. Deliberações por unanimidade..... | 199 |
| 8. Invalidez de atribuição de poder de veto a acionista minoritário | 200 |
| 9. Fechamento | 202 |

VII. *Financial Contracting Theory* e os Mecanismos de Alocação de Direitos nas Sociedades por Ações: Aprimoramentos Necessários, 205

Andre Grünspun Pitta

| | |
|---|-----|
| 1. Considerações iniciais: Autonomia privada e estrutura eficiente do Direito Societário | 205 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 2. A <i>financial contracting theory</i> | 217 |
| 3. Os mecanismos de alocação de direitos políticos e econômicos | 220 |
| 3.1. O regime norte-americano..... | 230 |
| 3.2. O regime europeu | 234 |
| 3.3. O regime brasileiro | 239 |

VIII. Reflexões sobre a Proposta de Externalização do Conselho de Administração: Um Convite a Pensarmos “Fora da Caixa”, 259

Antonio Corrêa Meyer e Antonio Paulo Kubli Vieira

| | |
|---|-----|
| 1. Externalização do Conselho de Administração: a proposta de Bainbridge e Henderson..... | 260 |
| 2. O conselho de administração no direito brasileiro: análise da adequação e pertinência da proposta de sua externalização..... | 264 |
| 2.1. Análise da adequação da proposta ao regime jurídico da Lei das S.A..... | 264 |
| a. Pessoas jurídicas no conselho de administração | 265 |
| b. Órgão de deliberação colegiada (proteção ao minoritário; foro de discussões relevantes)..... | 267 |
| c. Matérias de competência do conselho de administração (indelegabilidade de atribuições e poderes dos órgãos de administração) | 268 |
| d. Natureza da relação jurídica da sociedade com o administrador; regime de deveres e responsabilidades | 269 |
| e. Concorrência no mercado; interesses conflitantes | 271 |
| 2.2. Pertinência da proposta..... | 272 |
| 3. Considerações Finais | 274 |

IX. A Atualização do Direito Societário, 277

Arnoldo Wald

X. A Responsabilidade Indenizatória por Falhas Informacionais em Companhias Abertas, 285

Bernardo Fabião Barbeito de Vasconcellos,

Bruno Miranda Gontijo e Igor Muniz

| | |
|------------------|-----|
| Introdução | 285 |
|------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| 1. A Responsabilização por Falhas Informativas..... | 286 |
| 1.1. O dever de informação das companhias abertas no Brasil | 288 |
| 1.2. A experiência dos Estados Unidos da América..... | 290 |
| 1.3. O atual panorama brasileiro..... | 293 |
| 2. Casuística e Julgados no Brasil..... | 298 |
| 2.1. A manifestação da CVM no Processo Administrativo | |
| Sancionador 16/2013..... | 299 |
| 2.2. As decisões do Poder Judiciário afastando a responsabilidade | |
| das companhias..... | 300 |
| Conclusão..... | 302 |
| Referências Bibliográficas..... | 304 |

XI. *Cash-Out Mergers* e o Direito Brasileiro, 307

Eduardo Secchi Munhoz

| | |
|--|-----|
| I. Introdução..... | 307 |
| II. Disciplina das operações de concentração empresarial..... | 308 |
| II.1. Fusões e aquisições: modelos regulatórios | 308 |
| II.1.a. O modelo norte-americano..... | 310 |
| II.1.a.i. Fundamentos econômicos e jurídicos da admissão | |
| da <i>cash-out merger</i> no direito norte-americano..... | 313 |
| II.1.b. O modelo europeu | 315 |
| II.2. Direito brasileiro..... | 321 |
| II.2.a. O negócio societário típico de incorporação..... | 322 |
| II.2.b. O direito de permanecer sócio..... | 325 |
| II.3. Relação de substituição e limites ao <i>cash-out merger</i> no Brasil..... | 327 |
| III. Considerações finais..... | 330 |

XII. Tutela Reparatória dos Direitos dos Acionistas. Reflexões sobre os Percentuais Mínimos de Participação Societária como Requisito para a Propositura de Ação Derivada contra Administradores e Ação de Responsabilidade contra o Controlador, 333

Eliana Baraldi

| | |
|---|-----|
| I. A Instrução CVM n. 627/2020..... | 333 |
| II. Contextualização da alteração realizada pela CVM..... | 335 |

| | |
|--|-----|
| III. Contexto: o escalonamento de faixas percentuais amplia o acesso do acionista que não integra o bloco de controle às ações de responsabilidade do administrador e do acionista controlador? | 339 |
| IV. Considerações Finais | 352 |
| Referências Bibliográficas | 354 |

XIII. Entidade Contábil e Ágio Interno, 355

Eliseu Martins

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 355 |
| 2. O que tem a ver Ágio Interno com Entidade? | 355 |
| 2.1. Definição contábil de Entidade | 356 |
| 2.2. Entidade e Ágio Interno | 361 |
| 2.3. Um pouco mais sobre Ágio (<i>Goodwill</i>) | 363 |
| 2.4. Voltando ao Ágio Interno e à Entidade | 363 |
| 3. Ágio Interno no Brasil | 364 |
| 4. Outros Países | 366 |
| 5. O IASB | 367 |
| 6. 'Ágio Interno' e o Fisco Brasileiro | 368 |
| 7. Voltando aos outros países e ao IASB | 369 |
| 8. Voltando ao Brasil | 370 |
| 9. Tentativas do Fisco e da CVM | 372 |
| 10. Finalizando | 376 |

XIV. Possibilidade de Emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis Mediante Parte em Dinheiro e Parte em Ações – Parecer, 377

Erasmu Valladão Azevedo e Novaes França

| | |
|---|-----|
| Consulta | 378 |
| Parecer | 380 |
| I. A legalidade da Operação, bem como o interesse das sociedades em sua realização | 380 |
| II. Inexistência dos vícios apontados pelos reclamantes | 384 |
| III. Inexistência de conflito formal (ou, em princípio, substancial) de interesses no caso concreto | 390 |
| Respostas aos Quesitos | 395 |

XV. Remuneração dos Administradores: As Práticas de Governança Corporativa Adotadas nos Estados Unidos e sua Adequação à Realidade Brasileira, 399

Giovanna Rennó Duque

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 399 |
| 2. O Conceito de Remuneração dos Administradores | 400 |
| 3. As Boas Práticas de Governança Corporativa e sua Importância nas Diferentes Realidades Societárias | 402 |
| 4. Os Escândalos Financeiros e seus Reflexos sobre as Práticas de Governança Corporativa Adotadas nos Estados Unidos | 404 |
| 5. O Mercado Brasileiro e as Práticas de Governança Corporativa Adotadas nos Estados Unidos em Relação à Remuneração dos Administradores | 411 |
| 5.1. O procedimento societário para fixação da remuneração dos administradores | 411 |
| 5.1.1. Os parâmetros para fixação da remuneração dos administradores | 412 |
| 5.1.2. A necessidade de aprovação da remuneração dos administradores pela assembleia geral | 412 |
| 5.1.3. O controle do processo decisório pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM | 413 |
| 5.2. A divulgação da remuneração dos administradores | 416 |
| 5.3. Os comitês de remuneração | 421 |
| 6. Conclusão | 424 |
| 7. Bibliografia | 427 |

XVI. Notas sobre a Eleição do Conselho de Administração por Meio de Votação Majoritária, 433

Gustavo Machado Gonzalez

| | |
|--|-----|
| I. Introdução | 433 |
| II. Questões relativas à organização da votação majoritária para o conselho de administração | 435 |
| II.1. Visão geral dos procedimentos disponíveis | 435 |
| II.2. A relevância (ao menos em teoria) do procedimento nas companhias sem controle definido | 437 |

| | |
|--|-----|
| II.3. Ainda sobre o procedimento de votação majoritária para eleição do conselho de administração: quem decide?..... | 440 |
| II.3.1. Opção 1: O estatuto decide..... | 440 |
| II.3.2. Opção 2: Os acionistas decidem | 441 |
| II.3.3. Opção 3: Os administradores decidem | 442 |
| III. Questões relativas ao voto na eleição do conselho de administração..... | 443 |
| III.1. Quórum de deliberação | 443 |
| III.2. Possibilidade de voto “contra” e suas consequências | 446 |
| IV. Conclusão | 447 |
| Anexo – Levantamento | 449 |

**XVII. Possibilidade de Pagamento de Preços Diferentes
entre Ordinárias e Preferenciais no Reembolso do Recesso:
Notas a Partir da Posição da CVM no “Caso Eletropaulo”
e das Ações “Superpreferenciais”, 453**

Henrique Cunha Barbosa

**XVIII. Parecer: Reorganização Societária
Implementada por Meio da Combinação de
Negócios Jurídicos. Inexistência de Fraude à Lei, 479**

Ivo Waisberg

| | |
|--|-----|
| A Consulta | 479 |
| 1. Quesito | 483 |
| A. A Reorganização Societária pode ser, de alguma forma, caracterizada como realizada em fraude à lei?..... | 483 |
| 2. Descrição da Reorganização Societária..... | 484 |
| 2.1. Descrição da Reorganização Societária..... | 484 |
| 3. Inexistência de fraude à lei na Reorganização Societária..... | 486 |
| 3.1. Requisitos para a configuração da fraude à lei..... | 486 |
| 3.2. Inexistência de fraude à lei na Reorganização Societária..... | 487 |
| 3.3. Utilização Legal do Resgate. Fim da Reorganização Societária previsto em Lei. Inocorrência de Fraude | 488 |
| 3.4. Direito Absoluto de Ser Sócio – Infundado Argumento | 492 |
| 4. Resposta ao Quesito..... | 493 |

| | |
|---|-----|
| A Reorganização Societária pode ser, de alguma forma, caracterizada como realizada em fraude à lei? | 493 |
| Referências bibliográficas | 493 |

XIX. Dividendos. Teoria e Prática, 495

João Marcelo Pacheco e Thiago José da Silva

| | |
|--|-----|
| I. Introdução | 495 |
| II. Teoria e Notas Práticas | 495 |
| 2.1. Origem | 495 |
| 2.2. Natureza Jurídica | 497 |
| 2.3. Espécies de Dividendos | 498 |
| 2.3.1. Dividendo Obrigatório | 498 |
| 2.3.2. Dividendo Preferencial ou Prioritário | 503 |
| 2.4. Formação do Lucro Líquido Distribuível | 505 |
| 2.5. Fonte do Pagamento do Dividendo. Quando <i>Pode</i> pagar e Quando <i>Deve</i> Pagar? | 508 |
| 2.6. Dividendos Intermediários e Intercalares | 509 |
| 2.7. <i>Quando</i> e para <i>Quem</i> Pagar? | 512 |
| 2.8. Prazo para Cobrança dos Dividendos | 512 |
| 2.9. Responsabilidade da Administração e Terceiros de Boa-Fé | 513 |
| 2.10. Juros Sobre o Capital Próprio e sua Imputação ao Dividendo | 513 |
| 2.11. Dividendos <i>In Natura</i> | 515 |
| 2.12. Regramentos Esparsos sobre Dividendos | 516 |
| III. Conclusão | 516 |

XX. Penhora de Participações Acionárias: Ações em Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado e Cotas em Sociedades Limitadas, 519

João Paulo Hecker da Silva

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 519 |
| 2. Excepcionalidade da Penhora de Ações ou Cotas | 520 |
| 3. Procedimento da Penhora de Ações ou Cotas | 526 |
| 4. Penhora de Direitos de Ações ou Cotas | 527 |
| 5. Penhora de Ações | 530 |
| 5.1. Sociedades de Capital Aberto | 531 |

| | |
|--|-----|
| 5.2. Sociedades de Capital Fechado..... | 534 |
| 5.3. Ações em Tesouraria..... | 535 |
| 6. Penhora de Cotas em Sociedades Limitadas..... | 536 |
| 7. Peculiaridades da Expropriação das Participações Acionárias..... | 539 |
| 7.1. Direito de Preferência..... | 540 |
| 7.2. Aquisição pela Sociedade..... | 540 |
| 7.3. Liquidação e Avaliação das Ações e Cotas..... | 541 |
| 7.4. Leilão Judicial..... | 546 |
| 8. Conclusão..... | 547 |
| 9. Bibliografia..... | 548 |

XXI. Direito de Informação do Acionista, 551

Jorge Lobo

| | |
|--|-----|
| I. Introdução..... | 551 |
| II. Acesso à informação: direito do acionista e dever da companhia..... | 553 |
| III. O direito de informação como supedâneo do direito de fiscalizar..... | 555 |
| IV. Natureza jurídica do direito de informação..... | 556 |
| V. Fundamento do direito de informação..... | 557 |
| VI. Princípio que inspira o direito de informação..... | 557 |
| VII. Finalidades do direito de informação..... | 558 |
| VIII. Divulgação da informação..... | 558 |
| IX. Formas de exercício do direito de informação..... | 559 |
| X. Extensão do direito de informação..... | 562 |
| XI. Direito de informação ampla..... | 563 |
| XII. Direito de informação limitado..... | 566 |
| XIII. Informação de fato relevante..... | 567 |
| XIV. <i>Disclosure</i> | 567 |
| XV. Diretor de relação com investidores..... | 568 |
| XVI. Direito de informação sobre remuneração dos administradores..... | 569 |
| XVII. Direito de informação nos casos de fusão, incorporação e cisão..... | 570 |
| XVIII. Direito de informação do titular de partes beneficiárias..... | 571 |
| XIX. Direito de informação do debenturista..... | 571 |
| XX. Direito de informação do titular de bônus de subscrição e de opções de compra de ações..... | 572 |
| Bibliografia..... | 572 |

XXII. Acordo de Acionistas e suas Modalidades, 575

José Carlos de Magalhães

| | |
|---|-----|
| Introdução | 575 |
| <i>A affectio societatis</i> | 575 |
| Sociedade fechada e sociedade aberta | 576 |
| Publicidade dos atos societários | 577 |
| Acordo de acionistas – instrumento parassocial..... | 577 |
| Espécies de acordos de acionistas | 579 |
| Usufruto de ações | 584 |
| Outras formas de Acordo de Acionistas | 584 |
| A cessão fiduciária de ações | 585 |
| O objeto dos Acordos de Acionistas..... | 587 |
| Acordo de acionista com não acionista | 589 |
| Acordo de acionista com a companhia | 590 |
| Acordo de Acionistas e terceiros..... | 591 |
| Acordo de Acionistas e os administradores | 592 |
| Forma e prazo dos acordos de acionistas | 594 |
| Extinção do Acordo de Acionistas | 596 |
| Acordo de voto e <i>voting trust</i> | 596 |
| Bibliografia | 599 |

XXIII. Natureza Jurídica e Efeitos da Operação de Incorporação de Ações, 601

José David Martins Júnior

| | |
|--|-----|
| I. Introdução | 601 |
| II. Natureza Jurídica da Operação de Incorporação de Ações | 602 |
| III. Conclusão..... | 604 |
| Bibliografia | 604 |

XXIV. A Eficácia dos Acordos Parassociais (Incluindo Omnilaterais) no Direito Português, 607

José Ferreira Gomes

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 607 |
| 2. A eficácia do acordo parassocial contrário ao contrato de sociedade...609 | |

| | |
|--|-----|
| 3. A eficácia relativa dos acordos parassociais e o princípio da separação (<i>Trennungsprinzip</i>) | 612 |
| 4. Cont.: A intervenção da sociedade nos acordos parassociais | 615 |
| 5. Cont.: Reações possíveis ao incumprimento de um acordo parassocial | 616 |
| 6. Cont.: A ação de condenação no cumprimento e a execução específica do acordo parassocial | 617 |
| 7. A eficácia das cláusulas que regulam a administração e a fiscalização da sociedade (art. 17/2 CSC) | 620 |
| 8. Superação do princípio da separação perante acordos parassociais omnilaterais?: A admissibilidade condicionada no sistema norte-americano | 627 |
| 9. Cont.: As flutuações do sistema alemão e a reafirmação do <i>Trennungsprinzip</i> | 631 |
| 10. Cont.: Análise crítica das tentativas de superação do princípio da separação no sistema português | 637 |
| 11. Cont.: Posição adotada – reconhecimento de uma “ <i>Verbandsordnung im weiteren Sinne</i> ” (Noack) | 641 |
| 12. Cont.: Primeiro grupo de casos – regulação da administração e da fiscalização (art. 17º/2 CSC) | 644 |
| 13. Cont.: Segundo grupo de casos – impugnação de deliberações sociais (art. 17º/1 CSC) | 646 |

XXV. A Desnecessidade da Ação de Anulação de Deliberação Social de Aprovação das Contas como Pressuposto para o Ajuizamento da Ação de Responsabilidade em Face de Administrador da Companhia, 651

José Gabriel Assis de Almeida

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 651 |
| 2. Os argumentos a favor da necessidade da prévia ação judicial de anulação da deliberação de aprovação das contas | 654 |
| 2.1. A especialidade do art. 134, § 3º, com relação ao art. 159 | 655 |
| 2.2. O prazo prescricional da ação de responsabilidade dos administradores “nada tem a ver com a aprovação das contas dos administradores” | 657 |

| | |
|--|-----|
| 2.3. A aprovação das contas exonera o administrador, dando-lhe quitação, criando para este um direito que somente pode ser afastado por decisão judicial | 660 |
| 3. Os argumentos contra a necessidade da prévia ação judicial de anulação da deliberação de aprovação das contas..... | 664 |
| 3.1. O que dizem, realmente, os acórdãos do STJ a respeito da necessidade da prévia ação judicial de anulação da deliberação de aprovação das contas..... | 665 |
| 3.2. As incongruências processuais geradas pelas decisões do STJ..... | 672 |
| 3.3. A revisão, pela companhia, das suas próprias decisões face ao ato jurídico perfeito e aos direitos de terceiros..... | 676 |
| 3.4. A ausência de relação de especialidade entre o art. 134, § 3º e o art. 159..... | 683 |
| 4. Conclusão | 685 |

XXVI. Voto Múltiplo, 687

José Romeu Garcia do Amaral

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 687 |
| 2. O Que é Voto Múltiplo?..... | 688 |
| 3. Função do Voto Múltiplo | 689 |
| 4. Legitimidade para o Pedido de Voto Múltiplo | 691 |
| 5. Requerimento de Voto Múltiplo..... | 692 |
| 6. Desistência do Pedido de Voto Múltiplo | 693 |
| 7. Ainda sobre a Desistência do Pedido de Voto Múltiplo: O Caso BRF..... | 695 |
| 8. Fórmula do Voto Múltiplo: Como se Preparar para a Assembleia..... | 701 |
| 9. Substituição do Conselheiro Eleito Através do Voto Múltiplo..... | 703 |

XXVII. A Possibilidade de se Votar em Assembleia Geral de Sociedade Anônima com a Totalidade das Ações Vinculadas a Acordo de Acionistas, mesmo quando uma das Partes do Acordo Tenha Impedimento, 705

Julian Chediak

| | |
|---|-----|
| A tomada de decisões nas companhias brasileiras e sua evolução | 705 |
| O Acordo de Acionistas sobre o Exercício do Direito de Voto e do Poder de Controle | 709 |

| | |
|--|-----|
| As Modificações na Lei 6.404/1976 e a Exequibilidade dos | |
| Acordos de Acionistas..... | 712 |
| As Reuniões Prévias | 714 |
| A formação da vontade no bloco de controle..... | 719 |
| A Verificação da Influência do Acionista Impedido de Votar | |
| na Vontade Manifestada pelo Bloco de Controle | 719 |
| Declaração de Verdade e Declaração de Vontade | 721 |
| O alcance do impedimento de voto..... | 724 |
| O Impedimento de o Acionista Administrador Votar sobre | |
| as Próprias Contas..... | 724 |
| O Fundamento do Impedimento de Voto Previsto no §1º do | |
| art. 115 da Lei 6.404/1976 | 725 |
| Regra Restritiva de Direito: Impossibilidade de | |
| Interpretação Extensiva | 727 |
| O Caráter Pessoal do Impedimento de Voto | 730 |
| Um Paralelo com o Usufruto de Ações | 732 |
| Conclusão..... | 734 |

XXVIII. Defesa X Autodenúncia: Alternativas do Administrador Diante da Constatação de Ilícito Corruptivo na Empresa, 735

Kevin Altit

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 735 |
| 2. A Responsabilidade do Administrador | 737 |
| 3. Processo Decisório: Defesa x Autodenúncia..... | 739 |
| Princípio da Vedação à Autoincriminação..... | 739 |
| Negociação de Acordos de Leniência com as Autoridades..... | 740 |
| Fragmentação de Competência | 742 |
| Negociação de Valores | 744 |
| Exposição de Pessoas Físicas Envolvidas..... | 745 |
| Corporate Death Penalty: o Caso Arthur Andersen | 746 |
| 4. Conselho de Administração: Proposta à assembleia geral de ação | |
| de responsabilidade de administradores por atos de corrupção..... | 747 |
| Aprovação das Contas e Prescrição | 749 |
| Exposição Criminal do Administrador..... | 751 |
| 5. Conclusão | 752 |

XXIX. Responsabilidade do Acionista Controlador por Omissão, 755

Laura Amaral Patella

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 755 |
| 2. Responsabilidade por omissão: breves considerações | 756 |
| 3. A omissão abusiva e o controle conjunto | 759 |
| 4. Os deveres e as responsabilidades do acionista controlador | 764 |
| 4.1. Deveres do acionista controlador | 765 |
| 4.2. Responsabilidade do acionista controlador | 769 |
| 5. A responsabilidade do acionista controlador por omissão: primeiras conclusões..... | 771 |

XXX. A Fixação do Preço de Emissão das Ações em Aumentos de Capital: Sobre a Possibilidade de o Preço de Emissão Variar no Decorrer da Operação, 777

Luciana Dias

| | |
|--|-----|
| I. Introdução..... | 777 |
| II. O Art. 170, §1º, da Lei n. 6.404/76 | 779 |
| i. A função dos critérios enumerados no art. 170, §1º..... | 782 |
| ii. Correlação entre preço de emissão e valor apontado em laudo | 786 |
| iii. Variação do preço de emissão no decorrer do aumento de capital..... | 790 |
| III. A justificativa pormenorizada..... | 796 |
| IV. Conclusões..... | 799 |

XXXI. Estruturas Piramidais Societárias e Demais Instrumentos Jurídicos de Dissociação entre Representatividade Política e Participação Econômica na Companhia Listada, 803

Luis Andre Azevedo

| | |
|---|-----|
| I. Alguns dados empíricos: Brasil..... | 804 |
| II. Alguns dados empíricos: demais países..... | 810 |
| III. Impactos sobre o valor da companhia..... | 812 |
| IV. Participação acionária por intermédio de estrutura piramidal..... | 816 |

XXXII. Conflito de Interesses na Administração da Sociedade Anônima: Conceito e Procedimento, 821

Luis Felipe Spinelli, Rodrigo Tellechea e João Pedro Scalzilli

XXXIII. Suspensão do Pagamento de Dividendos, já Declarados, por Deliberação da Assembleia Geral, com Fundamento em Aplicação Analógica da Norma do Artigo 202, § 4º, da Lei das S.A., 863

Luiz Alberto Colonna Rosman

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 863 |
| 2. O Sistema da Lei das S.A. e os Interesses que suas Normas Procuram Proteger e Realizar | 864 |
| 3. O Direito ao Dividendo – Regras e Garantias – O Dividendo Obrigatório..... | 866 |
| 4. A Incompatibilidade com a Situação Financeira da Companhia como Justificativa ao não Pagamento de Dividendos..... | 868 |
| 5. O Exercício do Direito de Voto e o Interesse da Companhia | 871 |
| 6. A Interpretação da Lei Deve Buscar a Realização do Valor que Inspirou a Norma nela Contida..... | 875 |
| 7. Aplicação Analógica da Regra do Art. 202, § 4º, da LSA no Caso de Dividendos já Declarados e Ainda não Pagos..... | 880 |
| 8. Análise da Questão pelo Ângulo do Princípio da Intangibilidade do Capital Social | 887 |
| 9. Conclusão | 891 |

XXXIV. Incorporação de Ações e Garantia de Cotação, 893

Marcelo Vieira von Adamek

| | |
|--|-----|
| I. Introdução: enunciação do problema e os seus contornos | 893 |
| II. O regime jurídico da vinculação patrimonial no direito acionário e a proibição de atribuições patrimoniais a acionistas fora dos casos autorizados em lei | 897 |
| III. A ilegalidade da garantia de cotação de ações concedida a benefício de acionistas da sociedade incorporada: a invalidade da estipulação e o dever de restituição dos valores recebidos da companhia | 904 |
| IV. Bibliografia | 910 |

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO

LUIS ANDRE AZEVEDO

MARCUS DE FREITAS HENRIQUES

COORDENAÇÃO

DIREITO SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS, ARBITRAGEM E OUTROS TEMAS

HOMENAGEM A NELSON EIZIRIK

VOLUME II

ANDERSON SCHREIBER

ANDREA BRAGA

ANDREA F. ANDREZO

ANDREA SPINOLA C. V. SEQUEIRA

ANTÔNIO CARLOS VERZOLA

ARMANDO LUIZ ROVAI

ARY FRANCO

BRUNO FAJERSZTAJN

BRUNO MEYERHOF SALAMA

CARLOS AUGUSTO JUNQUEIRA

CARMEN TIBURCIO

CATARINA MONTEIRO PIRES

DANIEL FERNANDES DECCACHE

DANIEL KALANSKY

DARWIN CORRÊA

DAVID CASZ SCHECHTMAN

DENISE CHACHAMOVITZ L. DE S.

DIOGO COSTA GONÇALVES

EDUARDO SPINOLA E CASTRO

ELI LORIA

ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO

FÁBIO ULHOA COELHO

FELIPE BRANDÃO

FERNANDA MONTORFANO GIBSON

FRANCISCO A. MACIEL MÜSSNICH

HENRIQUE VERGARA

ISAC COSTA

JOÃO LAUDO DE CAMARGO

JOÃO PEDRO B. DO NASCIMENTO

JOSÉ ESTEVAM DE ALMEIDA PRADO

JÚLIA R. C. DE SERPA BRANDÃO

LEONARDO BARROS C. DE ARAÚJO

LUCAS HERMETO

LUIZ FELIPE SILVEIRA

LUIZA OLIVEIRA

LUIZA RANGEL DE MORAES

MARCELLA BLOK

MARCEL BARBOSA

MARIA CRISTINA CESCON

MARIA ISABEL DO PRADO BOCACER

MARIA LUCIA CANTIDIANO

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR

MAURICIO NEGRI PASCHOAL

MODESTO CARVALHOSA

NORMA JONSSEN PARENTE

OTAVIO YAZBEK

PABLO RENTERIA

PATRICIA CATACHE MANCINE

PAULA COSTA E SILVA

PAULO CEZAR ARAGÃO

PAULO HENRIQUE DOS S. LUCON

PAULO PENNA

PAULO VIEIRA

RACHEL SZTAJN

RAMON TOMAZELA SANTOS

RENATO BERGER

RICARDO MARIZ DE OLIVEIRA

RODRIGO R. M. DE CASTRO

SÉRGIO CAMPINHO

SERGIO. I. ESKENAZI PERNIDJI

THENARD ANTUNES FIGUEIREDO

WALDEMAR DECCACHE

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, verão de 2021

quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO; LUIS ANDRE AZEVEDO; MARCUS DE FREITAS HENRIQUES (COORDS.)

Direito Societário, Mercado de Capitais, Arbitragem e Outros Temas:

Homenagem a Nelson Eizirik – Volume II

São Paulo: Quartier Latin, 2020

ISBN 978-65-5575-043-0

1. Direito. 2. Direito comercial. 3. Direito Societário. 4. Mercado de Capitais.

I. Título

1193602

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

PARTE 2 Direito Societário

XXXV. Notas sobre Práticas Socialmente Eficientes e a Ressignificação do Interesse Público para Empresas Estatais, 27

Luiz Felipe Silveira

| | |
|--|----|
| Da mudança no paradigma da maximização do retorno dos acionistas ... | 27 |
| Do poder de controle e a observação do atendimento ao interesse público..... | 29 |
| A sustentabilidade como parte da estratégia de negócio..... | 31 |

XXXVI. A Figura do Conflito de Interesses no Exercício do Voto pelo Acionista. Aspectos Polêmicos. Jurisprudência., 35

Luíza Rangel de Moraes

| | |
|---|----|
| 1. A Figura do Conflito de Interesses na Lei Societária | 35 |
| 2. Posicionamento da Comissão de Valores Mobiliários e do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional | 38 |
| 3. Posicionamento do Judiciário..... | 44 |
| 4. Conclusões..... | 49 |

XXXVII. Dever de Diligência: Forma e Conteúdo, 51

Marcelo Barbosa

XXXVIII. Exercício do Controle Acionário na Empresa Estatal. Comentários a Decisão da CVM no Caso Eletrobrás, 65

Mario Engler Pinto Junior

SUMÁRIO

PARTE 2 Direito Societário

XXXV. Notas sobre Práticas Socialmente Eficientes e a Ressignificação do Interesse Público para Empresas Estatais, 27

Luiz Felipe Silveira

| | |
|--|----|
| Da mudança no paradigma da maximização do retorno dos acionistas ... | 27 |
| Do poder de controle e a observação do atendimento ao interesse público..... | 29 |
| A sustentabilidade como parte da estratégia de negócio..... | 31 |

XXXVI. A Figura do Conflito de Interesses no Exercício do Voto pelo Acionista. Aspectos Polêmicos. Jurisprudência., 35

Luiza Rangel de Moraes

| | |
|---|----|
| 1. A Figura do Conflito de Interesses na Lei Societária | 35 |
| 2. Posicionamento da Comissão de Valores Mobiliários e do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional | 38 |
| 3. Posicionamento do Judiciário..... | 44 |
| 4. Conclusões..... | 49 |

XXXVII. Dever de Diligência: Forma e Conteúdo, 51

Marcelo Barbosa

XXXVIII. Exercício do Controle Acionário na Empresa Estatal. Comentários a Decisão da CVM no Caso Eletrobrás, 65

Mario Engler Pinto Junior

XXXIX. Pedidos de Aumento e Interrupção de Prazo de Antecedência de Convocação de Assembleia Geral de Companhias Abertas, 81

Mauricio Negri Paschoal

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 81 |
| 2. O §5º do Artigo 124 da Lei das S.A. | 82 |
| 3. A Instrução CVM 372..... | 88 |
| 4. Temas Relevantes Analisados à Luz das Decisões da CVM..... | 90 |
| (a) Tempestividade..... | 90 |
| (b) Legitimidade..... | 91 |
| (c) Dilação Probatória..... | 93 |
| (d) Discussões que Fogem ao Escopo do Pedido de Interrupção..... | 96 |
| (e) A Decisão de Interromper o Prazo de Antecedência da Convocação de Assembleia Independente de Eventual Manifestação sobre Ilegalidade da Matéria | 98 |
| (f) Deficiências Informacionais na Convocação | 100 |
| 5. Conclusões..... | 103 |
| Bibliografia | 104 |

XL. A Participação de Diretor Estatutário Empregado nos Lucros e Resultados da Companhia, 105

Modesto Carvalhosa

| | |
|--|-----|
| Parecer Jurídico..... | 106 |
| I. Regime jurídico aplicável aos diretores estatutários | 107 |
| II. A participação do artigo 152 da Lei de S/A e o regime PLR..... | 111 |

XLI. Comitês Independentes e Tomada de Decisão em Caso de Impedimento de Voto – Uma Proposta, Limites e Possibilidades, 119

● *tavio Yazbek*

| | |
|---|-----|
| I. Introdução | 119 |
| II. Delimitação do Tema..... | 120 |
| III. O Impedimento de Voto na Lei n. 6.404/1976 | 122 |
| IV. A Extensão do Impedimento de Voto aos Casos de Controle Indireto..... | 124 |
| V. arranjos organizacionais e a legitimidade do exercício do voto | 128 |
| O uso cada vez maior dos comitês especiais no Brasil | 133 |

| | |
|--|-----|
| Comitês especiais na prática internacional | 134 |
| Um primeiro esclarecimento: diferenças entre a presente proposta e o caso Tractebel..... | 137 |
| O segundo esclarecimento: os argumentos levantados na “consulta” do BNDESPAR – caso J&F | 139 |
| VI. Conclusões | 142 |
| VII. Referências Bibliográficas | 144 |
| Precedentes da CVM | 144 |

XLII. A Matemática de uma Ideia do Direito Português: Percentagens de Votos Societária e Mobiliariamente Relevantes, 145

Paula Costa e Silva

| | |
|---|-----|
| 1. A homenagem | 145 |
| 2. As ofertas públicas de aquisição obrigatórias, domínio, imputação de direitos de voto e violação do dever | 145 |
| 3. Os tectos de direitos de voto | 150 |
| 4. Conclusão | 151 |

XLIII. Algumas Questões Relativas à Aplicação do Art. 256 da Lei das Sociedades por Ações, 153

Paulo Cezar Aragão

| | |
|--|-----|
| 1. Compra do Controle de Companhia Mercantil: art. 256 da LSA | 153 |
| 2. Critérios de avaliação do bloco de controle: art. 256, inciso II..... | 155 |
| a. Cotação média em Bolsa (art. 256, item II, alínea “a”) | 156 |
| b. Patrimônio líquido avaliado o patrimônio a preços de mercado (art. 256, item II, alínea “b”) | 157 |
| c. Valor de rentabilidade (art. 256, item II, alínea “c”)..... | 158 |
| 3. Dever de diligência dos administradores de sociedades anônimas | 159 |
| 4. Contabilização do <i>Earnout</i> a valor presente | 164 |

XLIV. Incorporação de Sociedades e Sucessão Processual, 169

Paulo Henrique dos Santos Lucon

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução, delimitação do argumento e seu desenvolvimento | 169 |
| 2. Incorporação de sociedades..... | 170 |

| | |
|--|-----|
| 3. Sucessão processual e litispendência | 174 |
| 4. Sucessão processual, os efeitos da sentença e a coisa julgada | 176 |
| 5. Encerramento | 181 |
| Referências bibliográficas | 182 |

**XLV. O Direito ao *Tag Along* como
Prática de Governança Corporativa
nos Segmentos Especiais de Listagem da
B3 e nos Códigos de Autorregulação, 183**

Paulo Penna

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 183 |
| 2. Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.... | 186 |
| 3. Segmentos especiais de listagem da B3: Novo Mercado, Nível 2, Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2 | 189 |
| 4. Código de Autorregulação de Aquisições e Fusões..... | 199 |
| 5. Considerações finais..... | 201 |
| Bibliografia | 204 |

**XLVI. Um Mapa para Responsabilização de
Administradores de Sociedades em Casos de Falha
no Monitoramento de Riscos: A Doutrina do
“Red Flag” e o Papel dos Sistemas de Controle, 207**

Paulo Vieira e Lucas Hermeto

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 207 |
| 2. O enfoque tradicional, centrado em “ <i>red flags</i> ” | 208 |
| 3. A percepção quanto à ineficiência do sistema | 209 |
| 4. Reação extrema: as acusações “genéricas” | 210 |
| 5. A doutrina do “ <i>red flag</i> ” no novo contexto | 212 |
| 6. Um novo critério: adequação dos sistemas de gerenciamento de riscos | 214 |
| 7. Necessidade de observar as competências internas dos órgãos da sociedade..... | 218 |
| 8. O mapa proposto | 221 |
| 9. Conclusão | 223 |

XLVII. *Compliance* e Controles Internos: Brasil vs. EUA, 225

Rachel Sztajn e Andrea F. Andrezo

| | |
|---|-----|
| Introdução | 225 |
| Controles Internos no Brasil | 228 |
| Controles Internos nos Estados Unidos | 240 |
| Reflexões finais | 251 |
| Referências | 253 |

XLVIII. As Ações Derivadas nos Estados Unidos (*Derivative Suits*), 255

Renato Berger

| | |
|---|-----|
| Parte 1 – Introdução..... | 255 |
| 1.1. Nota pessoal e escolha do tema..... | 255 |
| 1.2. Delimitação do tema | 256 |
| 1.3. Distinção entre ações derivadas e ações diretas (incluindo <i>class actions</i>) | 257 |
| 1.4. estrutura do trabalho | 259 |
| Parte 2 – Conceitos Prévios Fundamentais..... | 259 |
| 2.1. Standards de conduta | 260 |
| 2.1.1. Dever de diligência (<i>duty of care</i>)..... | 260 |
| 2.1.2. Dever de lealdade (<i>duty of loyalty</i>) | 260 |
| 2.1.3. Boa-fé como parte do dever de lealdade | 261 |
| 2.2. Standards de revisão..... | 262 |
| 2.2.1. <i>Business judgment rule</i> | 263 |
| 2.2.2. <i>Entire fairness</i> | 264 |
| 2.3. disposições excludentes de responsabilidade | 265 |
| Parte 3 – Aspectos Específicos das <i>Derivative Suits</i> | 267 |
| 3.1. Motivações na definição do regime legal..... | 267 |
| 3.2. Requisitos específicos das <i>derivative suits</i> | 269 |
| 3.2.1. Acionista à época dos fatos | 269 |
| 3.2.2. Manutenção da qualidade de acionista e o problema da incorporação da companhia | 270 |
| 3.2.3. Caução | 272 |
| 3.2.4. Provocação prévia ao conselho de administração | 274 |
| 3.2.5. Comitê independente | 275 |

| | |
|--|-----|
| 3.3. O julgamento das preliminares de extinção das <i>derivative suits</i> | 276 |
| 3.3.1. A recomendação do comitê independente e a <i>business judgment rule</i> | 277 |
| 3.3.2. A análise de independência do comitê..... | 278 |
| 3.3.3. Relaxamento das barreiras para o prosseguimento das ações..... | 278 |
| 3.4. O julgamento de mérito das <i>derivative suits</i> | 279 |
| 3.4.1. A dificuldade das <i>derivative suits</i> baseadas no dever de diligência..... | 280 |
| 3.4.2. A viabilidade das <i>derivative suits</i> baseadas no dever de lealdade | 280 |
| 3.5. Efeitos do descolamento entre as análises preliminares e de mérito das demandas | 281 |
| Parte 4 – Conclusão e Possível Continuação | 282 |

XLIX. Demonstrações Financeiras – Expressão do Patrimônio, 283

Ricardo Mariz de Oliveira

L. Parecer – Redução de Capital – Situação Similar à Redução por Absorção de Prejuízos – Erro Material em Aumento de Capital Anterior, Decorrente de Incorporação de Sociedade – Covenants de Redução de Capital – Vencimento Antecipado, 297

Rodrigo R. Monteiro de Castro e Leonardo Barros C. de Araújo

| | |
|--|-----|
| I. Descrição dos fatos | 298 |
| II. Fundamentos jurídicos..... | 301 |
| II.i. Capital social | 301 |
| II.ii. Modificação do capital social..... | 302 |
| II.iii. Hipóteses de redução do capital social..... | 304 |
| III. Propósitos da redução de capital e sua relação com <i>covenants</i> contratuais | 307 |
| IV. A redução de capital pretendida pela SX | 309 |
| V. Conclusão..... | 311 |

LI. Parecer, 313*Sérgio Campinho*

| | |
|---|-----|
| I. A Consulta | 313 |
| II. O Parecer | 316 |
| II.1. Exercício Social..... | 316 |
| II.2. Natureza Jurídica das Demonstrações Financeiras..... | 318 |
| II.3. Lucros Sociais e sua Destinação..... | 319 |
| II.4. Reservas Sociais | 320 |
| II.5. Dividendos Intercalares e Intermediários | 322 |
| II.6. Dividendos Intermediários em Sentido Estrito | 324 |
| II.7. Efeitos da Distribuição dos Dividendos Intermediários | 326 |
| II.8. Legalidade da Operação Objeto da Consulta | 327 |
| III. A Resposta ao Quesito..... | 329 |

**LII. A Formação do Capital das Sociedades
por Ações com Criptomoedas, 331***Sergio. I. Eskenazi Pernidji*

| | |
|--|-----|
| Introdução | 331 |
| Formação do capital das companhias..... | 331 |
| Bens que podem ser utilizados para a formação do capital das Companhias | 336 |
| As criptomedas | 339 |
| Criptomoedas podem ser consideradas moedas ou bens patrimoniais?..... | 344 |
| Conclusão | 355 |

**LIII. O Direito de Retirada Imotivada
nas Sociedades Limitadas, 359***Waldemar Deccache e Daniel Fernandes Deccache*

| | |
|--|-----|
| Introdução | 359 |
| Classificação e Regime Jurídico da Sociedade Limitada no Brasil..... | 360 |
| Direito de Retirada Imotivada..... | 365 |
| Direito de Retirada Imotivada na Sociedade Limitada..... | 369 |
| Conclusão..... | 382 |
| Referências | 383 |

PARTE 3

Mercado de Capitais

I. A Natureza Jurídica da Relação Estabelecida entre Bolsas de Valores e Companhias Participantes e a Interpretação dos Artigos 46 e 47 do Regulamento do Novo Mercado, 387

Anderson Schreiber

| | |
|---|-----|
| I. A natureza jurídica da relação estabelecida entre a Bolsa de Valores e seus participantes..... | 387 |
| II. Interpretação do artigo 46 do Regulamento do Novo Mercado | 390 |
| III. Interpretação do artigo 47 do Regulamento do Novo Mercado..... | 393 |
| IV. Conclusão | 395 |

II. O Estado Regulador e a Aderência aos Marcos Legais, 397

Antonio Carlos Verzola

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações iniciais e âmbito da abordagem | 397 |
| 2. A propósito da discricionariedade..... | 399 |
| 3. A propósito do reconhecimento e aplicação dos princípios..... | 402 |
| 4. Casos emblemáticos | 404 |
| I. Princípio da tipicidade..... | 404 |
| II. Princípio da subjetivação da responsabilidade..... | 406 |
| 5. Conclusões..... | 408 |

III. A Transformação de Fundo de Investimento em Sociedade Anônima: Análise do Artigo 50 da Lei n. 4.728/1965, 411

Bruno Fajersztajn e Ramon Tomazela Santos

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 411 |
| 2. Aspectos societários do artigo 50 da Lei n. 4.728/1965 | 412 |
| 3. A vigência e a eficácia do artigo 50 da Lei n. 4.728/1965..... | 421 |
| 4. Aspectos tributários do artigo 50 da Lei n. 4.728/1965..... | 423 |
| 5. Conclusões..... | 431 |

IV. Violações às Garantias Constitucionais da Presunção de Inocência, do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa na Instrução CVM 607/19, 433

Darwin Corrêa

V. Potenciais Aplicações de Blockchain no Mercado de Capitais, 443

David Casz Schechtman

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 443 |
| 2. <i>Blockchain e Smart Contracts</i> | 444 |
| 2.1. <i>Blockchain</i> | 445 |
| 2.2. <i>Smart contract</i> | 449 |
| 3. Por que <i>Smart Contracts</i> | 451 |
| 4. Potencialidades de <i>Smart Contracts</i> no Mercado de Valores Mobiliários..... | 455 |
| 4.1. Emissão de valores mobiliários | 455 |
| 4.2. Mercado secundário | 460 |
| 4.3. Exercício de direitos políticos | 463 |
| 4.4. Planos de investimento | 467 |
| 4.5. Novas bolsas de valores | 470 |
| 5. Conclusão | 474 |
| Referências | 474 |

VI. A Economia Digital e o Papel do Regulador, 481

Denise Chachamovitz Leão de Salles e Patricia Catache Mancine

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 481 |
| 2. Breves Considerações sobre o Blockchain..... | 482 |
| 3. Breves Considerações sobre Criptomoedas..... | 483 |
| 4. Regulação e Autorregulação do Mercado Financeiro | 484 |
| 5. Os Reguladores e as Criptomoedas..... | 485 |
| 6. Meios de pagamento e Regulação..... | 486 |
| 7. Conclusão | 489 |
| 8. Referências..... | 490 |

VII. *Reliance Defense* no Mercado de Capitais Brasileiro, 493

Eli Loria e Daniel Kalansky

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução e Conceito de <i>reliance defense</i> | 493 |
| 2. Conceitos relacionados – origem conceitual da <i>reliance defense</i> | 497 |
| a. Dever de diligência..... | 497 |
| b. Boa-fé | 499 |
| c. <i>Business judgement rule</i> e <i>entire fairness</i> | 500 |
| 3. Requisitos para aplicação do <i>reliance defense</i> | 501 |
| a. Qualificação do Assessor..... | 502 |
| b. Divulgação de Informações | 502 |
| c. Efetiva Confiança..... | 503 |
| d. Nexo de causalidade..... | 504 |
| e. Sinais de alerta (<i>red flags</i>) | 504 |
| f. Boa-fé..... | 504 |
| 4. Precedentes da CVM..... | 505 |
| a. IA 31/00 (Caso Lojas Arapuã)..... | 506 |
| b. PAS n. RJ 2002/1173 (Caso TELESP) | 507 |
| c. PAS CVM n. 08/2005 (Caso Trikem/Braskem) | 508 |
| d. PAS CVM n. 25/03 (Caso Oi) | 509 |
| e. PAS CVM n. 01/2007 (Caso Brasil Telecom) | 510 |
| f. PAS CVM n. RJ2015/10276 (Caso Petrobras)..... | 512 |
| g. PAS CVM n. RJ2014/8013 (Caso HRT)..... | 513 |
| 5. Questões adicionais..... | 514 |
| 6. Conclusão | 518 |

VIII. A Concorrência Agressiva Lícita. Considerações em Torno da Concorrência entre Corretoras pelos Serviços de Agentes Autônomos de Investimento, 519

Fábio Ulhoa Coelho

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 519 |
| 2. Exame dos meios empregados na concorrência..... | 521 |
| 3. A concorrência pela colaboração empresarial..... | 523 |
| 4. O Agente Autônomo de Investimento (AAI) como agente de colaboração | 524 |
| 5. Não existe “roubar cliente”, assim como não existe “roubar colaborador” | 525 |

| | |
|--|-----|
| 5.1. Colaborador vinculado a contrato..... | 527 |
| 5.2. O art. 608 do Código Civil..... | 528 |
| 5.3. Os dados “dos” clientes e os dados “sobre” os clientes..... | 530 |
| 5.4. A classificação legal dos Dados..... | 532 |
| 6. Conclusão..... | 533 |

IX. Comentários à Instrução CVM n. 8, de 8 de outubro de 1979, 535

Henrique Vergara

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 535 |
| 2. Os tipos abertos da Instrução CVM n. 8..... | 537 |
| 2.1. A Criação de Condições Artificiais de Demanda, Oferta ou Preço de Valores Mobiliários..... | 538 |
| 2.2. A Manipulação de Preços..... | 544 |
| 2.3. As Operações Fraudulentas..... | 547 |
| 2.4. As Práticas Não Equitativas..... | 550 |
| 3. Conclusões..... | 553 |

X. Malabarismo com Ampulhetas: Prescrição Quinquenal, Intercorrente e Penal nos Processos Administrativos Sancionadores da CVM, 555

Isac Costa e Felipe Brandão

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 555 |
| 2. Ato inequívoco que importe apuração do fato e interrupção da prescrição..... | 559 |
| 3. Fases pré-sancionadora e sancionadora e prescrição intercorrente..... | 563 |
| 4. Prescrição penal quando o fato também constituir crime..... | 567 |
| 5. Conclusão..... | 578 |
| Referências..... | 579 |

XI. Fato Relevante – Considerações Pragmáticas, 581

João Laudo de Camargo

| | |
|----------------------------|-----|
| I. Introdução..... | 581 |
| II. Regramento..... | 583 |
| II.1. Lei n. 6.385/76..... | 583 |

| | |
|--|-----|
| II.2. Lei n. 6.404/76 | 583 |
| II.3. Instrução n. 358/2002 e julgados da CVM | 584 |
| Controle das Informações Relevantes..... | 585 |
| Ato e Fato Relevante | 586 |
| Ato e Fato Relevante não concluído..... | 588 |
| Dever de Divulgação do Ato ou Fato Relevante..... | 590 |
| Exceção ao Dever de Divulgar Ato ou Fato Relevante | 594 |
| Dever de Monitorar..... | 595 |
| ●scilação atípica | 595 |
| Vazamento de Informação Relevante | 599 |
| II.4. Sistema da Divulgação de Atos e Fatos Relevantes | 600 |

XII. Investidor Qualificado, 603

João Pedro Barroso do Nascimento e

Júlia Rodrigues Costa de Serpa Brandão

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 603 |
| 2. A evolução do Conceito de Investidor Qualificado | 604 |
| 3. ● outras alterações da ICVM 554: ● Investidor Profissional e Regras de Investimento Mínimo..... | 608 |
| 4. Função e Aplicação Prática do Conceito de Investidor Qualificado ... | 611 |
| 5. Investidor ●ualificado no Direito Estrangeiro | 614 |
| 5.1. Estados Unidos da América (“Estados Unidos”)..... | 614 |
| 5.1.A. <i>Accredited investor</i> | 615 |
| 5.1.B. <i>Qualified client</i> | 617 |
| 5.1.C. <i>Qualified purchaser</i> | 618 |
| 5.2. Reino Unido | 618 |
| 6. Conclusão | 620 |
| Referências | 624 |

XIII. Alguns Apontamentos acerca da Ação de Responsabilidade por Divulgação de Informação Falsa ou Enganosa no Mercado de Valores Mobiliários, 627

José Estevam de Almeida Prado

| | |
|--------------------------------|-----|
| Breve nota ao Homenageado..... | 627 |
| 1. Introdução | 629 |

| | |
|---|-----|
| 1.1. Visão geral das ações de classe nos Estados Unidos..... | 630 |
| 1.2. Fundamento jurídico das ações privadas por fraude no mercado de valores mobiliários | 632 |
| 1.3. Das condições da ação da Regra 10b-5 da SEC | 633 |
| 2. Hipótese de mercado eficiente | 635 |
| 3. Estudo de eventos como meio de prova | 636 |
| 4. Método de apuração de danos com base no estudo de eventos | 637 |
| 4.1. Dano ressarcível | 637 |
| 5. Responsabilidade pelos danos causados | 638 |
| 6. Argumentos contra e a favor das ações de classe de valores mobiliários | 638 |
| 7. Ações de responsabilidade na França | 639 |
| 8. Críticas ao tratamento dado recentemente pelos tribunais franceses | 641 |
| 9. Conclusões e recomendações | 641 |
| Referências | 642 |

XIV. Mercado de Capitais – Regime Jurídico, 643

Marcella Blok

| | |
|---|-----|
| Introdução | 643 |
| 1. Entendendo a Regulação | 648 |
| 2. Regulação e Economia | 649 |
| a. Teoria Positiva da Regulação ou Teoria do Interesse Público..... | 651 |
| b. Teoria Econômica da Regulação | 652 |
| 3. Por que Regular o Mercado de Capitais? | 653 |
| 4. Crise no Mercado de Capitais como Motivo Ensejador do Advento da <i>Securities Exchange Commission</i> (SEC) e Posteriormente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) | 656 |
| 5. Órgão Responsável pelo Mercado de Capitais Brasileiro: Comissão de Valores Mobiliários | 657 |
| 5.1. Funções da CVM..... | 662 |
| 6. Mercado de Valores Mobiliários | 666 |
| 6.1. Importância do Mercado de Valores Mobiliários para a Economia Nacional | 670 |
| 7. Oferta Pública de Valores Mobiliários..... | 671 |
| 7.1. Ofertas Públicas de Distribuição e de Aquisição | 672 |
| 7.1.1. Oferta Pública de Valores Mobiliários no Mundo | 674 |

| | |
|---|-----|
| 7.2. Oferta Privada de Valores Mobiliários..... | 675 |
| 8. Da Necessidade do Registro de Ofertas Públicas Perante a CVM | 680 |
| 8.1. Da Dispensa de Registro de Registro Perante a CVM | 680 |
| 8.2. Dispensa de Registro em Caso de Oferta Pública de Distribuição com Esforços Restritos | 684 |
| 9. Conclusão | 685 |

**XV. Não Incidência de *Insider Trading* em Aquisições pelo
Ofertante Prévias ao Lançamento
de OPA Voluntária para Aquisição de Controle, 691**

*Maria Cristina Cescon, Carlos Augusto Junqueira,
Fernanda Montorfano Gibson e Thenard Antunes Figueiredo*

| | |
|--|-----|
| I. Introdução | 691 |
| II. O <i>Insider trading</i> no direito brasileiro | 692 |
| III. Aquisição de ações anteriormente à divulgação da OPA de Aquisição de Controle Hostil | 696 |
| IV. Regularidade das aquisições prévias realizadas pelo ofertante | 700 |
| V. (Ir)regularidade de aquisições prévias realizadas por terceiros que não o ofertante | 702 |
| VI. Conclusão | 704 |

**XVI. Ofertas Públicas e Privadas de
Valores Mobiliários. Reflexões sobre o Tema, 707**

Maria Isabel do Prado Bocater

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 707 |
| 2. O Princípio do <i>Full Disclosure</i> | 708 |
| 3. Características das ofertas públicas e privadas..... | 709 |
| 4. Instituições Integrantes do Sistema de Distribuição | 714 |
| 5. Fundos de investimento | 717 |
| 6. Restrições à negociação de valores mobiliários..... | 720 |
| 7. Conclusão | 725 |

**XVII. Breves Notas sobre a
Instrução CVM N. 607/2019, 727**

Maria Lucia Cantidiano

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Algumas novidades da ICVM 607 | 732 |
|-------------------------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| Possibilidade de não lavratura de termo de acusação | 733 |
| Ofício de alerta | 738 |
| Acordo administrativo em processo de supervisão..... | 741 |
| Considerações finais | 745 |
| Referências | 746 |

XVIII. A Dinâmica do Mercado de Capitais Ante Lacunas e Contradições da Lei, 749

Norma Jonssen Parente

| | |
|--|-----|
| Introdução | 749 |
| I. Caso Eletropaulo – Excepcionalidades | 750 |
| I.1. Viabilização do ingresso de novos concorrentes no leilão da Neoenergia | 751 |
| I.2. Negativa para aumento de Preço da Oferta após o prazo | 752 |
| I.3. Admissão de interferência em iguais condições com ofertante | 753 |
| I.4. Aumento de preço da oferta só possível quando há interferência | 753 |
| I.5. Não admissibilidade da publicação de OPA exclusiva na Internet | 753 |
| I.6. Aumento de preço em envelope lacrado para B3..... | 754 |
| I.7. Substituição de OPA | 754 |
| I.8. Admissão de OPA Unificada..... | 754 |
| II. Interferência do Judiciário | 755 |
| III. Histórico da regulação dos procedimentos para elevação de preço e interferência de OPA | 756 |
| 1ª Fase: 1976 a 1999..... | 756 |
| 2ª Fase: 1999 a 2002..... | 757 |
| 3ª Fase: 2002 a 2010..... | 757 |
| 4ª Fase: 2010 a 2019..... | 758 |
| 5ª Fase: 2019 até o presente..... | 759 |
| IV. Função da CVM no mercado de capitais..... | 760 |
| V. A solução do caso através de Interpretação Principiológica..... | 762 |
| V.1. Princípio e Interpretação | 762 |
| V.2. A influência dos princípios na decisão da CVM no caso Eletropaulo | 764 |
| VI. Críticas à Decisão da CVM..... | 766 |
| Conclusão..... | 769 |

XIX. A Obrigação de Contratar Instituição Intermediária nas Ofertas Públicas de Distribuição de Valores Mobiliários, 771

Pablo Renteria

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 771 |
| 2. A distribuição de valores mobiliários | 772 |
| 3. Deveres perante os investidores | 774 |
| 4. Razões para a obrigação de contratar o intermediário..... | 779 |
| 5. A dispensa de contratação na regulamentação vigente..... | 781 |
| 5.1. Programa de distribuição contínua de letras financeiras..... | 781 |
| 5.2. Notas promissórias..... | 781 |
| 5.3. Cotas de fundos de investimento | 783 |
| 5.4. Certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio | 786 |
| 6. Conclusão | 788 |

PARTE 4

Direito Empresarial

I. Consórcio de Empresas. Aspectos Gerais e Fiscais, 791

Andrea Braga e Luiza Oliveira

| | |
|----------------------------|-----|
| I. Aspectos Gerais..... | 791 |
| II. Aspectos Fiscais | 801 |

II. Parecer Jurídico, 809

Armando Luiz Rovai

| | |
|---------------------------------------|-----|
| I. Dos quesitos | 811 |
| II. Da análise da documentação..... | 812 |
| III. Das respostas aos quesitos | 843 |

III. A Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas. Seus Reflexos no Plano do Direito Sancionador, 849

Ary Franco

| | |
|--|-----|
| Responsabilização (Imputação) Objetiva das Pessoas Jurídicas | 855 |
| Classificação da Autoria das Pessoas Físicas e Jurídicas..... | 860 |
| Conclusões | 863 |

IV. Anotações sobre a Compensação Privada de Créditos Internacionais, 867

Bruno Meyerhof Salama

V. Efeitos Extraterritoriais da Falência, 875

Carmen Tiburcio

| | |
|--|-----|
| I. Delimitação do tema | 875 |
| II. Teorias aplicáveis..... | 877 |
| III. Natureza Jurídica do Processo Falimentar | 880 |
| IV. Tratamento normativo da matéria no plano internacional | 882 |
| V. Tratamento legislativo da matéria no Brasil..... | 887 |
| VI. A jurisprudência nacional sobre o tema | 890 |
| VII. Comentários finais | 892 |

VI. Cláusulas de Acordo Integral e Cláusulas de Solução Única ou de “Remédio” Único, 895

Catarina Monteiro Pires

| | |
|--|-----|
| 1. Autonomia privada, contrato e negócios comerciais..... | 895 |
| 2. Cláusulas de acordo integral (<i>entire agreement</i>)..... | 897 |
| 3. Cláusulas de <i>sole remedy</i> | 900 |
| Bibliografia | 909 |

VII. A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Comercial Português e Brasileiro, 913

Diogo Costa Gonçalves

| | |
|--|-----|
| § 1. A origem e a consolidação do instituto da desconsideração na Europa continental e no Brasil | 913 |
| 1. <i>Disregard e Durchgriff</i> | 913 |
| 2. A receção em Portugal | 916 |
| 3. A receção no Brasil | 917 |
| 4. Recondução dogmática | 920 |
| § 2. A desconsideração na jurisprudência portuguesa | 925 |
| 5. Algumas decisões | 925 |
| 6. As dificuldades da decisão judicial de desconsideração | 931 |
| § 3. Desconsideração da personalidade e fatores de personificação..... | 935 |

| | |
|--|-----|
| 7. A dimensão tipológica da pessoa jurídica..... | 935 |
| 8. A desconsideração por núcleos jurídico-problemáticos..... | 936 |
| 9. A <i>fisionomia</i> da desconsideração | 942 |

VIII. A Cláusula *Take-or-Pay* nos Contratos de Fornecimento, 949

Eduardo Spinola e Castro e Andrea Spinola C. V. Sequeira

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 945 |
| 2. O Mecanismo Econômico <i>Take-or-Pay</i> | 945 |
| 3. A Cláusula <i>Take-Or-Pay</i> no Direito Britânico..... | 947 |
| 4. A Cláusula <i>Take-Or-Pay</i> no Direito Americano..... | 949 |
| 5. A Cláusula <i>Take-Or-Pay</i> no Direito Comunitário Europeu | 950 |
| 6. Idêntica Conclusão por Caminhos Diferentes | 952 |
| 7. A Cláusula <i>Take-Or-Pay</i> no Direito Brasileiro | 952 |
| 8. A Cláusula Penal e a Obrigação Principal no Direito Brasileiro..... | 954 |
| 9. Cláusula <i>Take-Or-Pay</i> : Obrigação Alternativa ou Obrigação Facultativa? | 956 |
| 10. Impacto da Lei da Liberdade econômica sobre o tema..... | 957 |
| Conclusão..... | 958 |

IX. Anotações sobre o Procedimento de Dissolução Parcial de Sociedade, 961

Elias Marques de Medeiros Neto

| | |
|--------------------|-----|
| Uma honra..... | 961 |
| Conceito | 961 |
| Procedimento | 963 |
| Conclusão | 964 |
| Bibliografia | 964 |

X. A Cláusula de *Earn-Out* na Aquisição de Sociedades: Solução ou Postergação do Problema?, 977

Francisco Antunes Maciel Müssnich

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 977 |
| 2. A cláusula de <i>earn-out</i> : conceito e características | 978 |
| 3. Principais funções da cláusula de <i>earn-out</i> : concordemos em discordar | 980 |
| 4. Os desafios impostos pelo <i>earn-out</i> | 984 |
| 5. O conjunto de normas que irão reger <i>earn-out</i> : a distribuição de riscos | 985 |
| 6. A interpretação do <i>earn-out</i> na ausência de normas específicas..... | 989 |
| 7. Conclusão | 994 |

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO
LUIZ ANDRE AZEVEDO
MARCUS DE FREITAS HENRIQUES

COORDENAÇÃO

DIREITO SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS, ARBITRAGEM E OUTROS TEMAS

HOMENAGEM A NELSON EIZIRIK

VOLUME III

| | | |
|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| ALEXANDRE COUTO SILVA | JULIANA B. HARGREAVES VIEIRA | RODRIGO O. BROGLIA MENDES |
| ANA CAROLINA WEBER | LEONARDO ANTHERO AURIEMA | RONALDO VASCONCELOS |
| ANDRÉ LUIS MONTEIRO | LUIZ CHRYSOSTOMO DE O. FILHO | SERGIO BERMUDES |
| ANTONIO DECCACHE | MANOEL VARGAS | SERGIO NELSON MANNHEIMER |
| CARLOS PORTUGAL GOUVÉA | MARCELO DÓRIA | SÉRGIO R. NUTTI MARANGONI |
| CÉSAR A. MARTINS CARNAÚBA | MARCELO TRINDADE | SÍLVIA MARIA COSTA BREGA |
| EDUARDO DE A. PARENTE | MÁRCIO GUIMARÃES | SÍLVIO SIMONAGGIO |
| EDUARDO MUylaERT | MARCUS DE FREITAS HENRIQUES | TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR |
| EDUARDO SALOMÃO NETO | MARIA LÚCIA DE ARAÚJO CINTRA | VIVIANE MULLER PRADO |
| EVANDRO FERNANDES DE PONTES | MARIANA PARGENDLER | |
| FABIANA CARSONI A. F. DA SILVA | MAURICIO ALMEIDA PRADO | |
| FRANCISCO ROHAN DE LIMA | MAURICIO MOREIRA MENEZES | |
| GLAUCO MARTINS GUERRA | PAULO PENALVA SANTOS | |
| GUILHERME PENALVA SANTOS | PEDRO DUTRA | |
| GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA | PEDRO PAULO CRISTOFARO | |
| GUSTAVO MARTINS DE ALMEIDA | PETER CHRISTIAN SESTER | |
| GUSTAVO TEPEDINO | RENATA MORITZ SERPA COELHO | |
| HELIO PORTOCARRERO | RENATO STEPHAN GRION | |
| JOÃO FRANCISCO BIANCO | ROBERTA NIOAC PRADO | |
| JOSÉ A. TAVARES GUERREIRO | RODRIGO DA GUIA SILVA | |
| JUDITH MARTINS-COSTA | RODRIGO GARCIA DA FONSECA | |

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2021
quartierlatin@quartierlatin.art. br
www.quartierlatin.art. br

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO; LUIS ANDRE AZEVEDO; MARCUS DE FREITAS HENRIQUES (COORDS.)

Direito Societário, Mercado de Capitais, Arbitragem e Outros Temas:

Homenagem a Nelson Eizirik ... Volume III

São Paulo: Quartier Latin, 2020

ISBN 978-65-5575-044-7

1. Direito. 2. Direito comercial. 3. Direito Empresarial. 4. Direito privado.
5. Arbitragem. I. Título

1188602

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

PARTE 4 Direito Empresarial

XI. Operação de M&A – Aquisição de Controle – Passivos Supervenientes e a Teoria da Vontade Contratual, 23

Francisco Roban de Lima

| | |
|---|----|
| I. No Lugar e no Tempo Certos | 23 |
| II. A Consulta..... | 25 |
| a. Os fatos | 26 |
| b. A questão | 30 |
| III. O Estudo..... | 30 |
| a. Princípios aplicáveis a interpretações dos contratos..... | 30 |
| b. Da operação de aquisição de ações | 35 |
| c. Dos vícios redibitórios nas operações de alienação de controle | 40 |
| d. Da cláusula de declarações e garantias | 43 |
| e. Da cláusula de auditoria (<i>due diligence</i>)..... | 46 |
| f. Da cláusula de indenização | 50 |
| g. Dos limites indenizatórios | 57 |
| h. Da gestão do contencioso | 58 |
| III. Conclusões | 61 |
| V. Pós-Conclusões | 64 |

XII. Contrato de Compra e Venda de Ações. Declarações e Garantias. Responsabilidade por Fato de Terceiro. Inadimplemento, Pretensão, Exigibilidade, Obrigação. Práticas do Setor e Usos do Tráfego Jurídico. Parecer, 67

Judith Martins-Costa

| | |
|--|----|
| Síntese da Consulta | 67 |
| Parecer..... | 68 |
| Primeira Parte. Do cenário fático e da extensão da responsabilidade de Pacaembu..... | 68 |

| | |
|--|----|
| (i) da Operação | 69 |
| (ii) da configuração e dos limites da responsabilidade de Pacaembu..... | 71 |
| (ii.1) a responsabilidade por fato de terceiro | 71 |
| (ii.2) Pacaembu não se responsabilizou por fato de terceiro..... | 74 |
| Segunda Parte. Do alegado inadimplemento..... | 77 |
| (i) da obrigação de realizar investimentos..... | 78 |
| (ii) da obrigação de fornecer biomassa..... | 81 |
| (ii.1) obrigações de Arena estavam sujeitas a termo..... | 82 |
| (ii.2) da relevância da finalidade do ajuste e dos usos do tráfego na interpretação da obrigação de fornecer biomassa | 84 |
| Terceira Parte. Resposta sintética aos Quesitos | 87 |
| Referências | 89 |

XIII. Sandbagging e as Falsas Declarações em Alienações Empresariais, 91

Marcelo Trindade

| | |
|--|-----|
| I. Falsidade de Declarações em Alienações Empresariais | 91 |
| II. A Descoberta da Falsidade de Declarações | 93 |
| III. Disciplina, pelas Partes, da Falsidade de Declarações..... | 95 |
| IV. Disciplina, pela Lei, da Descoberta da Falsidade de Declarações..... | 100 |
| V. Conclusão..... | 103 |

XIV. O Aumento do Capital Social como Meio de Recuperação Judicial e a Desnecessária Submissão à Assembleia Geral de Acionistas, 105

Márcio Guimarães

| | |
|--|-----|
| Introdução | 105 |
| I. A Recuperação Judicial como instrumento de interesse público..... | 105 |
| a. Os interesses privados do devedor, dos acionistas e dos credores..... | 108 |
| b. A função social da empresa é um princípio de harmonização dos interesses privados e público..... | 111 |
| II. O Juízo da recuperação é absoluto para a reestruturação da empresa | 113 |
| a. A formação de vontade dos acionistas do devedor em relação ao plano de recuperação judicial..... | 116 |
| b. O controle de legalidade do plano de recuperação judicial..... | 121 |
| Conclusão..... | 124 |

XV. Notas sobre o Consórcio de Empresas e a Imprescindibilidade do Registro do Contrato, 127

Marcus de Freitas Henriques e Maria Lúcia de Araújo Cintra

| | |
|--|-----|
| 1. A Disciplina Legal do Consórcio Societário e sua Especificidade | 127 |
| 2. A constituição do consórcio – arquivamento | 130 |
| 3. Consórcio e Sociedade..... | 134 |
| 4. Inexistência de consórcio de fato..... | 136 |
| 5. Considerações Finais | 139 |

XVI. As Diferenças entre Declarações e Garantias e os Efeitos do Conhecimento, 143

Mariana Pargendler e Carlos Portugal Gouvêa

| | |
|---|-----|
| Consulta | 143 |
| Parecer | 149 |
| I. Função e eficácia das cláusulas de declarações e garantias | 151 |
| A. Natureza jurídica no direito estrangeiro e brasileiro..... | 153 |
| B. Função econômica das cláusulas de declarações e garantias..... | 168 |
| (i) Mitigação da assimetria informacional e alocação de riscos contratuais | 168 |
| (ii) A fálacia do “preço cheio” | 170 |
| Da Resposta Sintética aos Quesitos | 177 |

XVII. O Grupo Empresarial em Recuperação Judicial e a Inclusão de Sociedades Estrangeiras, 181

Paulo Penalva Santos e Guilberme Penalva Santos

| | |
|---|-----|
| I. Introdução..... | 181 |
| II. Grupos Econômicos de Direito e de Fato..... | 182 |
| III. Litisconsórcio Ativo na Recuperação Judicial..... | 189 |
| IV. Jurisdição Brasileira em Relação a Empresas Estrangeiras..... | 201 |
| V. Conclusão..... | 214 |

XVIII. Take-or-Pay-Contracts and Piercing the Corporate Veil in Project Finance Subject to Brazilian Law, 217

Peter Christian Sester

| | |
|---|-----|
| 1. Project Finance: definition, involved parties, and economic rational | 217 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| 2. Take-or-pay contracts and cross-default clauses | 219 |
| 3. Impact of Project Finance structure on arbitration (clauses)..... | 220 |
| 4. Critical issues of Project Finance Contracts subject to Brazilian | 223 |
| 4.1. Take-or-pay contracts/clauses and contractual penalties..... | 224 |
| 4.2. Piercing the corporate veil of the project company | 226 |
| 5. Conclusions | 227 |

**XIX. O Patrimônio do Acionista ou do
Quotista Perde ou Ganha Valor Segundo
sua Capacidade de Prever, Solucionar e
Fazer Gestão dos Conflitos Societários, 229**

Silvia Maria Costa Brega e Silvio Simonaggio

| | |
|--|-----|
| 1. O contexto | 229 |
| 2. A responsabilidade dos sócios e acionistas pela prevenção e para solução de conflitos | 230 |
| 3. O valor econômico de uma sociedade e por que ocorrem vendas e compras de sociedades com base em valor econômico | 231 |
| 4. Um pouco da construção jurisprudencial feita para atender à necessidade de solução de conflito por sentença quando o dissenso societário culmina com a retirada ou exclusão de sócio ou acionista | 233 |
| 5. A aplicação literal da regra do art. 1031 do CC combinada com a regra do art. 606 do CPC resolve a questão da continuidade da atividade econômica com o pagamento dos haveres? | 235 |
| 6. Em suma, | 238 |
| Bibliografia | 239 |

**PARTE 5
Arbitragem**

**I. Extensão Subjetiva da Cláusula
Compromissória Estabelecida no Estatuto
Social aos Administradores da Companhia, 243**

Alexandre Couto Silva

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 243 |
| 2. Vinculação dos Administradores ao Estatuto Social da Companhia .. | 244 |

| | |
|---|-----|
| 3. A Extensão Subjetiva da Cláusula Compromissória Estatutária..... | 250 |
| 4. Conclusão | 254 |
| 5. Referências Bibliográficas | 258 |

II. Vinculação de Acionistas e Administradores à Cláusula Compromissória Estatutária, 261

Ana Carolina Weber e Juliana Botini Hargreaves Vieira

| | |
|--|-----|
| 1. A Cláusula Compromissória Estatutária | 261 |
| 1.1. Aspectos Históricos | 261 |
| 1.2. A Evolução das Cláusulas Compromissórias Estatutárias | |
| Exigidas pelos Regulamentos do Novo Mercado e do Nível 2 | 265 |
| 2. Efeitos Subjetivos da Cláusula Compromissória Estatutária | 268 |
| 2.1. Origem dos Debates | 268 |
| 2.2. A Doutrina e Nelson Eizirik | 270 |
| 2.3. Resistência Ainda Verificada Quanto à Vinculação dos | |
| Acionistas à Cláusula Compromissória Estatutária..... | 275 |
| I. United States District Court Southern District of New York – | |
| Case 1:14-cv-09662-JSR..... | 275 |
| II. Rotterdam District Court C/10/526115/HA ZA 17-440..... | 277 |
| III. Apelação Cível n. 500984610.2015.4.04.7201/SC – TRF4 | 279 |
| 2.4. Extensão dos efeitos da Cláusula Compromissória Estatutária | |
| aos Administradores da Companhia..... | 281 |

III. Sistema Arbitral e Sistema Societário. Três Breves Debates sobre Cláusulas Compromissórias Estatutárias, 285

Eduardo de Albuquerque Parente e Sérgio Ricardo Nutti Marangoni

| | |
|---|-----|
| 1. Arbitragem e direito societário como sistemas..... | 285 |
| 2. Premissas do problema..... | 288 |
| 3. Consenso v. consentimento..... | 289 |
| 4. Extensão subjetiva v. litisconsórcio..... | 297 |
| 5. Identidade societária..... | 302 |
| 6. Conclusão | 306 |

**IV. Arbitragem, Confidencialidade e Desenvolvimento
do Direito Societário e do Mercado de Capitais:
O Brasil fez a Escolha Certa?, 309**

Guilherme Setoguti J. Pereira

| | |
|--|-----|
| 1. A importância dos mecanismos de <i>enforcement</i> para o desenvolvimento do mercado de capitais..... | 309 |
| 2. A efetividade do sistema brasileiro de <i>enforcement</i> | 313 |
| 3. O <i>enforcement</i> das regras societárias e de mercado de capitais e a escolha pela arbitragem: decisão acertada? | 321 |
| 3.1. Confidencialidade na arbitragem | 324 |
| 3.2. Os problemas da confidencialidade..... | 327 |
| 3.2.1. Assimetria de informações | 327 |
| 3.2.2. Formação do direito..... | 330 |
| 3.3. Instrumentalidade da arbitragem..... | 331 |
| 3.3.1. Confidencialidade atenuada..... | 334 |
| 3.3.2. Comunhão de interesses e litisconsórcio unitário..... | 337 |
| 4. Conclusão | 338 |

**V. Sobre o Parecer Jurídico em
Juízo e no Procedimento Arbitral, 341**

José Alexandre Tavares Guerreiro

VI. O Papel do Perito na Arbitragem, 349

Marcelo Dória

| | |
|--|-----|
| 1. Como é visto o perito arbitral | 349 |
| 2. Quem nomeia o perito? | 349 |
| 3. Alternativas..... | 353 |
| 4. Deveres dos peritos, assistentes ou nomeados pelo tribunal arbitral.... | 354 |
| 5. Encerrando | 357 |

**VII. Reflexões sobre Sentenças
Incorretas no Mérito no Âmbito da
Arbitragem Comercial Internacional, 359**

Mauricio Almeida Prado

| | |
|--|-----|
| Introdução | 359 |
| 1. Separando sentenças divergentes de sentenças incorretas | 360 |

| | |
|--|-----|
| 2. Razões frequentes para sentenças incorretas | 365 |
| 3. Propostas para melhorar a qualidade das sentenças..... | 367 |
| 3.1. Conferências <i>upstream</i> do tribunal arbitral..... | 367 |
| 3.2. Breve audiência inicial | 368 |
| 3.3. Maior envolvimento dos árbitros na fase de <i>expertise</i> técnica | 369 |
| 3.4. “ <i>Hot tubbing</i> ” como prática padrão em audiências com assistentes técnicos..... | 369 |
| 3.5. Encontro dos árbitros logo após a audiência | 370 |
| 4. Conclusões..... | 370 |

VIII. Os Novos Desafios da Advocacia em Face da Lei de Mediação e do Novo Código de Processo Civil, 373

Renata Moritz Serpa Coelho

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 373 |
| 2. Mediação e processos adversariais..... | 376 |
| 3. A atuação dos advogados nas etapas do procedimento de mediação .. | 380 |
| 3.a. Pré-mediação | 380 |
| 3.b. Mapeamento do conflito pelo mediador | 381 |
| 3.c. Geração de opções e negociação..... | 382 |
| 3.d. Fechamento | 384 |
| 4. Conclusão – A Mediação como nova ferramenta de trabalho..... | 384 |

IX. Árbitro de Emergência – Natureza Jurídica, Funcionamento e Outros Aspectos Relevantes, 387

Renato Stephan Grion

| | |
|---|-----|
| I. Introdução – Histórico, Origem e Contexto | 387 |
| II. Conceito e Tendência | 392 |
| i. Possíveis vantagens | 393 |
| ii. Possíveis desvantagens | 395 |
| III. Características Principais do Procedimento de Emergência..... | 395 |
| i. Consentimento quanto à adoção do árbitro de emergência | 396 |
| a. Adoção via escolha de um regulamento de arbitragem..... | 396 |
| b. Aspecto temporal quanto à adoção da figura do árbitro de emergência | 397 |
| ii. Procedimento..... | 398 |
| a. Instauração do procedimento emergencial e momento para a apresentação do requerimento de arbitragem | 398 |

| | |
|---|-----|
| b. Celeridade..... | 399 |
| c. Cronograma | 399 |
| d. Sede do procedimento emergencial | 401 |
| e. Custos | 401 |
| iii. Árbitro de emergência | 402 |
| a. Escolha do árbitro de emergência | 402 |
| b. Requisitos inerentes ao árbitro de emergência | 403 |
| iv. Decisão do árbitro de emergência – conteúdo e forma..... | 404 |
| a. Requisitos para a concessão da medida de urgência | 406 |
| b. Pedidos <i>inaudita altera parte</i> | 408 |
| c. Jurisdição concorrente interação com o Poder Judiciário..... | 409 |
| IV. Natureza jurídica do árbitro de emergência e executoriedade | |
| de sua decisão | 413 |
| i. Efetivação de decisões proferidas por árbitros de emergência | |
| no Brasil | 424 |
| ii. Cumprimento de decisão proferida por árbitro de emergência | |
| fora do Brasil | 425 |
| V. Conclusões | 427 |
| Bibliografia | 430 |

X. Arbitragem e Insolvência, 439

Rodrigo Garcia da Fonseca

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 439 |
| 2. Efeitos da insolvência sobre a convenção de arbitragem e os | |
| procedimentos arbitrais em curso | 441 |
| 3. A questão do acesso à Justiça | 450 |
| 4. Outras interações..... | 456 |
| 5. Considerações Finais | 458 |

XI. Arbitragem, Regulação e a *Business Judgment Rule*: Regras de Julgamento à Luz do Direito das Empresas em Crise, 459

Ronaldo Vasconcelos e César Augusto Martins Carnaúba

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 459 |
| 2. Direito regulatório e cogência normativa | 461 |
| 2.1. A regulação da Comissão de Valores Mobiliários | 463 |
| 3. Regras de julgamento na arbitragem..... | 467 |

| | |
|---|-----|
| 3.1. Direito aplicável pelo árbitro: possibilidades e limites..... | 467 |
| 3.2. Vinculação do árbitro ao direito regulatório..... | 468 |
| 4. A <i>business judgment rule</i> | 471 |
| 4.1. Apresentação da teoria..... | 471 |
| 4.2. Panorama brasileiro e aplicabilidade da <i>business judgment rule</i> | 472 |
| 4.3. Proposta de compatibilização..... | 475 |
| 5. Direito das empresas em crise: ponderação da <i>business judgment rule</i> | 477 |
| 6. Conclusão | 479 |
| 7. Referências..... | 479 |

XII. Negativa de Homologação da Sentença Arbitral Estrangeira, 483

Sergio Bermudes

XIII. Dever de Revelação da Existência do *Third-Party Funding* na Arbitragem Brasileira, 487

Sergio Nelson Mannheimer e André Luís Monteiro

| | |
|---|-----|
| 1. O homenageado..... | 487 |
| 2. Conflito de interesses e <i>third-party funding</i> | 488 |
| 3. Dever da parte financiada de revelar o financiamento..... | 492 |
| 3.1. Posições doutrinárias..... | 492 |
| 3.1.1. Doutrina favorável à revelação | 492 |
| 3.1.2. Doutrina contrária à revelação | 495 |
| 3.2. A tendência pró-revelação contida em novas disposições legais e <i>soft law</i> : Singapura, Hong Kong, tratados bilaterais de investimento, IBA, ICC e CCBC | 497 |
| 3.3. O financiamento deve sim ser revelado..... | 500 |
| 3.4. Fonte jurídica do dever de revelar | 503 |
| 3.4.1. Direito aplicável e fonte jurídica | 503 |
| 3.4.2. O fundamento com base na boa-fé objetiva..... | 506 |
| 3.4.2.1. O entendimento da maioria da doutrina brasileira | 506 |
| 3.4.2.2. Direito aplicável, sede da arbitragem, boa-fé objetiva, ordem pública e art. 27 da Lei de Arbitragem brasileira..... | 508 |
| 3.4.2.3. Indeterminação do conceito de boa-fé objetiva e estratégias consensuais para impor o dever de revelação. | 513 |

| | |
|--|-----|
| 3.4.3. O fundamento com base no dever de proferir uma sentença executável (<i>duty to render an enforceable award</i>) | 515 |
| 3.4.3.1. Poder-dever do tribunal arbitral de determinar que as partes informem se estão sendo financiadas por terceiro | 515 |
| 3.4.3.2. <i>Duty to render an enforceable award</i> , dever de revelação do árbitro, <i>duty to investigate e inherent power</i> | 518 |
| 4. Conclusão | 522 |

XIV. Análise Funcional e Formalismo na Desconsideração da Personalidade Jurídica em Arbitragem, 525

Viviane Muller Prado e Antonio Deccache

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 525 |
| 2. Do Formalismo à Interpretação Funcional: da Construção Jurisprudencial da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica até a sua Positivização | 527 |
| 2.1. Primeiro momento: fortalecimento da limitação da responsabilidade e da separação patrimonial..... | 528 |
| 2.2. Segundo momento: flexibilização da limitação de responsabilidade e da separação patrimonial pela jurisprudência e doutrina nacional..... | 531 |
| 2.3. Terceiro momento: positivação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica..... | 536 |
| 3. Arbitragem e Autonomia da Vontade | 537 |
| 3.1. O triunfo da autonomia da vontade | 537 |
| 3.2. A arbitragem como renúncia à jurisdição estatal..... | 538 |
| 3.3. A cláusula de arbitragem por escrito e assinada: requisitos formais | 539 |
| 3.4. A regra geral: a não extensão dos efeitos da cláusula de arbitragem para partes não signatárias | 541 |
| 4. Os Limites do Formalismo na Arbitragem e a Aplicação da Teoria de Desconsideração: a Experiência Estrangeira e a Experiência Nacional Mais Recente | 541 |
| 5. Conclusões..... | 546 |
| Referências Bibliográficas..... | 547 |

PARTE 6

Outros Temas

I. Muito Além da Censura: O Crime de Imprensa e a Imprensa Livre, 555

Eduardo Muylaert

II. Direitos Humanos, Princípios e Regras. Inimigos Íntimos?, 567

Eduardo Salomão Neto

| | |
|--|-----|
| Nelson e o Porquê..... | 567 |
| Novos Direitos e Fragmentação da Sociedade..... | 567 |
| Direitos Humanos e Princípios | 568 |
| Enfraquecimento e Vitimização da Sociedade | 570 |
| Como Mudar..... | 571 |
| Princípios e Regras: Uma Batalha | 572 |
| Bibliografia | 573 |

III. São Tomé e Santiago, 575

Evandro Fernandes de Pontes

IV. Volta ao Mundo no Século XVI: O Passaporte Ibérico para uma Globalização à Barroca, 593

Glauco Martins Guerra

V. O Direito de Exibição de Obras de Arte no Brasil. O Caso Di Cavalcanti, 603

Gustavo Martins de Almeida

| | |
|--|-----|
| Introdução..... | 603 |
| Situando a questão..... | 603 |
| Singularidades nos documentos de Dalila Perícia na ação da 37ª Vara Cível | 609 |
| Reflexos na ação da 5ª Vara Cível..... | 611 |

**VI. Novos Danos em Cotejo com as Categorias
Fundamentais da Responsabilidade Civil:
O Caso da Privação do Uso, 613**

Gustavo Tepedino e Rodrigo da Guia Silva

1. Introdução: novos bens, novos danos e a constante reafirmação da unidade do ordenamento jurídico613
2. Limites e possibilidades de reconhecimento dos denominados novos danos 618
3. Privação do uso como suporte fático de um dano emergente.....622
4. Privação do uso como suporte fático de lucros cessantes.....627
5. Conclusão631
6. Referências bibliográficas632

**VII. O Teorema de Coase. Interpretações,
Alguns Desdobramentos e Aplicações, 635**

Helio Portocarrero

- Exórdio.....635
1. Introdução635
 2. Enunciados do Teorema.....639
 3. Alguns Desdobramentos.....642
 4. Aplicações.....645
 5. Conclusão647

**VIII. A Incidência de Imposto de Renda
sobre as Ações Bonificadas, os Dividendos
e os Juros sobre o Capital Próprio Recebidos
pelos Cotistas de Fundos de Investimento, 649**

João Francisco Bianco e Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva

1. Introdução649
2. A natureza jurídica dos fundos de investimento650
3. A Entrega de JCP, Dividendos e Ações Bonificadas não Altera seu Regime Tributário: a Isenção do Art. 10 da Lei n. 9249 para os Dividendos e as Ações Bonificadas e a Tributação dos JCP na Forma do Art. 9º da Lei n. 9249.....662
4. Conclusões670

IX. Usufruto e Usufruto de Ações: Uma Perspectiva Histórico-Dogmática, 671

Leonardo Anthero Auriema

| | |
|--|-----|
| Introdução..... | 671 |
| 1. O desenvolvimento do usufruto no direito civil brasileiro..... | 674 |
| a. O usufruto nas Ordenações Filipinas e na Consolidação das Leis Civis | 675 |
| b. O usufruto na perspectiva dos juristas brasileiros do século XIX..... | 678 |
| c. O usufruto no Esboço do Código Civil e no Código Civil de 1916 ... | 680 |
| 2. O desenvolvimento do usufruto de ações e sua caracterização..... | 681 |
| 3. Conclusão | 685 |
| Bibliografia | 687 |

X. Os Desafios na Elaboração e Implementação do Programa Nacional de Desestatização: 1990/1992, 689

Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho

| | |
|--|-----|
| PND: Concepção, Objetivos e Estrutura..... | 690 |
| Usiminas: a privatização simbólica | 694 |
| Anexo | 699 |
| Bibliografia | 699 |

XI. As Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas: Atuação Direta do Estado na Economia. Harmonização e Ponderação. Princípio Constitucional da Livre Iniciativa. Relevante Interesse Público, 701

Manoel Vargas

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução: Tensão entre Público e Privado..... | 701 |
| 2. Constituições da República: Evolução Histórica das Transformações Constitucionais e o Pensamento Contemporâneo | 703 |
| 3. Realidade Brasileira: Diferentes Estágios do Desenvolvimento Econômico e Social do País..... | 706 |
| 4. Harmonização entre Atividade Estatal e Livre Iniciativa: Pressupostos da Existência e Permanência do Relevante Interesse Público | 711 |

| | |
|---|-----|
| 5. Conclusão. Colisão e Ponderação de Princípios Constitucionais: | |
| Solução de Índole Essencialmente Política..... | 712 |
| Referências Bibliográficas..... | 714 |

**XII. Critérios Jurídicos para a Classificação
Contábil da Obrigação Atuarial por Instituição
Financeira Patrocinadora de Plano de Previdência
Complementar e Deveres dos Administradores, 717**

Mauricio Moreira Menezes

| | |
|--|-----|
| I. Consulta..... | 717 |
| II. Aspectos atuais do direito obrigacional..... | 719 |
| II.1. Conceito de obrigação..... | 719 |
| II.2. Leitura atual da dinâmica do vínculo obrigacional..... | 722 |
| III. Natureza da obrigação atuarial e seus efeitos..... | 724 |
| III.1. O sistema de previdência no Brasil..... | 724 |
| III.2. As diferentes relações jurídicas na previdência complementar fechada..... | 727 |
| III.3. A orientação do contrato previdenciário conforme a EC 20/1998 e sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal..... | 729 |
| IV. Repercussões da obrigação assumida pelo Banco em sua esfera patrimonial..... | 734 |
| V. O Pronunciamento Técnico CPC 33 e sua interpretação jurídica..... | 737 |
| V.1. Os Pronunciamentos Técnicos do CPC e o princípio da legalidade..... | 737 |
| V.2. O CPC 33..... | 738 |
| VI. Deveres dos administradores de companhias..... | 743 |
| VI.1. Principais aspectos..... | 743 |
| VI.2. Direito de confiar em terceiros..... | 746 |
| VI.3. Visão dos fatos <i>a posteriori</i> e boa-fé do administrador..... | 749 |
| Conclusões..... | 752 |

**XIII. Recomposição do Equilíbrio
Econômico-Financeiro de Contrato
de Concessão. Álea Extraordinária, 755**

Pedro Dutra

| | |
|------------------|-----|
| I. Fatos..... | 755 |
| II. Direito..... | 756 |
| Quesitos..... | 763 |

XIV. A Imposição pela Lei, a Partir de 2015, de Limites às Decisões Judiciais que se Fundamentem em Princípios, Conceitos Jurídicos Indeterminados, Valores Jurídicos Abstratos. Relevância para a Atividade Privada, Especialmente a de Natureza Econômica, 765

Pedro Paulo Cristofaro

| | |
|---|-----|
| A moderna hermenêutica constitucional | 765 |
| Regras e princípios | 767 |
| Princípios constitucionais | 768 |
| Princípios clássicos do Direito Privado..... | 768 |
| A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao estado de direito | 769 |
| Duas inovações do Código de Processo Civil de 2015 | 773 |
| O artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (“LINDB”), introduzido pela Lei 13.655 de 25.4.2018..... | 775 |
| A lei 13.874 de 20.9.2019..... | 778 |
| Conclusões | 779 |

XV. Alinhamento de Famílias Empresárias – Metodologia VDS – *Vision-Driven Strategy*, 783

Roberta Nioac Prado

| | |
|--|-----|
| Porque uma família que busca um Projeto de Sucessão ou de Governança deve fazer um alinhamento estratégico?..... | 784 |
| Metodologia VDS – Vision Driven Strategy, adaptada para famílias empresárias..... | 787 |

XVI. Anotações Preliminares sobre a Resolução por Justa Causa nos Contratos de Longa Duração, 791

Rodrigo Octávio Broglia Mendes

XVII. Erro e Dolo Enquanto Defeitos do Negócio Jurídico, 803

Tercio Sampaio Ferraz Junior

| | |
|---|-----|
| 1. Vontade negocial e sua capacidade dispositiva | 803 |
| 2. Validade e eficácia dos negócios jurídicos: nulidade e anulabilidade | 806 |

| | |
|---|-----|
| 3. Delimitação do alcance normativo de disposições negociais com referência aos defeitos | 810 |
| 4. A expressividade do contexto negocial na vinculação da vontade..... | 813 |